Encontros Teológicos adere a uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Parentalidade responsável: cuidado e dignidade de filhos e filhas

Responsible parentality: care and dignity of sons and daughters

Valdecir Badzisnki[*]
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Fabiane Olivia Ardenghi[**]
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Mário Antonio Sanches[***]
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Recebido em: *02/12/2024*. Aceito em: *09/12/2025*.

Resumo: *A parentalidade precisa ser abordada de modo interdisciplinar para uma compreensão adequada, visto que a procriação humana é também biológica e nem sempre assumida conscientemente. O objetivo deste artigo é indicar que o exercício de uma parentalidade responsável reflete e se inspira no reconhecimento e zelo pela dignidade de filhos e filhas. Trata-se de uma revisão de*

* Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2023; Presbítero da Diocese de Guarapuava (PR), Secretário Executivo do Regional Sul 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). ORCID Link: https://orcid.org/0009-0005-8868-157X

E-mail: valdecir132@hotmail.com.

** Mestra em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2024; pós-graduada em Neurociências e Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2021; Especialista em Prevenção de abusos sexuais em âmbito eclesial e intrafamiliar pela Pontifícia Universidade Católica do México, 2022; Licenciada em Terapia Ocupacional pelo Instituto Porto Alegre (IPA), 1989. ORCID Link: https://orcid.org/0009-0003-2564-956X.

E-mail: lumi.ardenghi@gmail.com.

*** Professor titular da PUCPR. Pós-doutorado em Bioética na Cátedra de Bioética da Universidad Pontifícia Comillas, em Madrid, com bolsa da CAPES/Fundação Carolina. É mestre em Antropologia Social, pela UFPR, e Doutor em Teologia, pela EST/IEPG, de São Leopoldo, RS. ORCID Link: https://orcid.org/0000-0002-5794-2272.

E-mail: m.sanches@pucpr.br.

literatura com ênfase na prática eclesial. A pesquisa aponta que a ênfase dada nas relações parentais para o bem-estar da prole, exige uma reflexão sobre a dignidade dos filhos, caso contrário pode-se apoiar posturas filosóficas que reduzem a dignidade humana à existência de relações. Estudos em psicologia demonstram necessidade de referenciais de parentalidade estáveis para o desenvolvimento infantil, de onde decorre o compromisso moral dos pais e mães assumirem responsavelmente os cuidados parentais. Por outro lado, a ausência de referenciais parentais pode causar danos irreparáveis na vida de filhos e filhas.

Palavras-chave: *Parentalidade; dignidade humana; cuidado parental; filhos; pastoral.*

Abstract: *Parentality needs to be approached in an interdisciplinary way for an adequate understanding, since human procreation is also biological and not always consciously assumed. The aim of this article is to indicate that the exercise of responsible parentality reflects and inspires the recognition and zeal for the dignity of sons and daughters. This is a literature review with emphasis on ecclesial practice. The research points out that the emphasis given on parental relations for the well-being of the offspring requires a reflection on the dignity of children, otherwise one can support philosophical postures that reduce human dignity to the existence of relationships. Studies in psychology demonstrate the need for stable parentality references for child development, from which the moral commitment of fathers and mothers to take parental care responsibly. On the other hand, the absence of parental references can cause irreparable damage to the lives of sons and daughters.*

Keywords: *Parentality; human dignity; parental care; offspring; pastoral.*

Introdução

A frase do teólogo australiano Norman Ford "parentalidade é algo maravilhoso: sua grandeza deriva da dignidade pessoal dos filhos" (2008, p. 46) é uma síntese que convida à reflexão e estudos, pois aponta para os dois polos da parentalidade: os pais e os filhos. Ser pai ou mãe é relacional, implica em ter filho ou filha e se a dignidade da prole não fosse reconhecida e valorizada a condição de ser pai ou mãe seria de pouca valia. Esta é a dinâmica relacional que este artigo aborda e explora.

Deste modo, o objetivo deste artigo é indicar que o exercício de uma parentalidade responsável reflete e se inspira no reconhecimento e zelo pela dignidade de filhos e filhas. Certamente há muitos elementos que precisam ser abordados para uma adequada compreensão desta problemática, visto que a procriação humana é também algo natural e nem sempre assumida conscientemente. Dentre vários elementos enfatiza-se, neste artigo, duas questões: o que implica uma parentalidade vivenciada conscientemente? Qual a dimensão relacional da dignidade humana?

Será apresentado que estas não são questões teóricas apenas, mas práticas e existenciais, pois as respostas dadas a estas questões e o modo como parentalidade e filialidade são vivenciadas pode imprimir marcas consideráveis nas vidas das pessoas.

No contexto da teologia estes temas são ricos pois apontam para algumas indagações: de que modo a dignidade humana pode ser compreendia na relação com Deus? Pode a parentalidade humana ser compreendia à luz da paternidade divina?

A pesquisa utiliza-se, como metodologia, de revisão de literatura em contexto interdisciplinar, com ênfase e preocupação pastorais.

1 Vivência de uma parentalidade responsável

'Parentalidade' é um termo que pretende incluir 'maternidade' e 'paternidade', com ênfase no processo vivenciado ao longo da vida de todos que se assumem como pais e como mães. Em alguns trabalhos há o foco no 'planejamento da parentalidade', que implica em pensar o acolhimento dos filhos desde antes de seus nascimentos (Sanches, 2013), mas o foco deste artigo é a vivência de parentalidade responsável que implica em estabelecer relações conscientes que promove o bem-estar da prole ao longo da vida toda, com maior impacto nos primeiros anos de vida da criança.

A promoção de uma parentalidade responsável implica em assumir a consciência de todas as dinâmicas humanas que se dão na relação entre genitores e prole, tais como: processos biológicos, psíquicos, culturais, econômicos, filosóficos, teológicos, dentre outros. A ênfase moral – tomada de decisão consciente – relacionada com a parentalidade responsável se dá exatamente porque implica em superar as tradicionais posturas fatalistas e resignadas presentes em muitas sociedades que levam a ter filhos e filhas sem pensar no assunto.

No âmbito da teologia moral, há décadas que se vem abordando a necessidade de se assumir a consciência da maternidade e paternidade, demonstrando que as condições e motivações para ter filhos se transformaram nas sociedades ocidentais atuais. Neste sentido, Häring já salientava nos anos de 1960 que o motivo de ter filhos passa a ser o amor recíproco dos esposos "que os faz desejar os filhos para fazê-los partícipes de seu pacto, de sua comunidade de amor" (Häring, 1971, p. 44). Deste modo, surge na moral católica o imperativo da responsabilidade parental.

A transição – de ter filhos como imperativo natural, para ter filhos como processos conscientes – implica em um amadurecimento que envolve o projeto de vida dos envolvidos e alguns apontam que este é um grande desafio: "um dos principais desafios das famílias no século XXI é enfrentar a carência de um modelo confiável e funcional de ser pais no mundo em mudança" (Solís-Pontón, 2006, p. xxxvii). Passa-se, assim, a falar em "cultura de parentalidade", compreendida como a "predominância do amor sobre as pulsões agressivas e sexuais puras" (Solís-Pontón, 2006, p. 21).

Os aspectos que caracterizam e identificam a parentalidade estão relacionados diretamente a papéis e funções parentais resultantes de um tornar-se mãe e pai, com elementos e ações que ultrapassam o fato de apenas ter filho ou filha. A parentalidade identifica-se também com as atitudes de amor e dedicação oriundas de rotinas preestabelecidas, ambiente seguro e estável, com foco na construção da personalidade saudável, fortalecendo a criança para atuar nas adversidades do meio (Cardoso; Simão-Silva, 2017).

Outro aspecto da parentalidade é propiciar ambientes e condições para que uma criança se desenvolva com seu potencial máximo, caracterizados por aspectos como: comportamentos calorosos e protetores; disposição de tempo saudável para criança; compreensão das experiências de vida e comportamento da criança; aplicação de regras e sua efetividade; reconhecimento do bom comportamento e correção do comportamento equivocado sem emitir castigos violentos.

Por uma visão mais ampla a parentalidade diz respeito ao modo como a sociedade define e atribui papéis a homens e mulheres, a partir dos quais refletem os valores e padrões sociais de uma época (Cardoso; Simão-Silva, 2017). Portanto, a parentalidade é caracterizada por valores e padrões sociais individualmente ou em grupo em vista de fornecer substancialidade e fatores que possam influenciar no desempenho saudável do crescimento integral de uma criança.

O cristianismo, particularmente a Igreja Católica, enfatiza que a família é um espaço privilegiado para a vivência de uma parentalidade responsável. O Papa São João Paulo II, em *Familiaris Consortio*, aponta que a Igreja sente de modo mais vivo e veemente a missão de proclamar a todos o desígnio de Deus sobre o matrimônio e sobre a família, para lhes assegurar a plena vitalidade e promoção humana e cristã, contribuindo assim para a renovação da sociedade e do próprio Povo de Deus (João

Paulo II, 1981, 17). Deste modo se compreende a essencialidade do papel da família e que o distanciamento da relação familiar pode fragilizar a referencialidade e naturalmente a segurança da pessoa que ainda não atingiu sua plenitude de autonomia (Goldim, 2004).

Atualmente, aparecem múltiplas dificuldades de conceituação e definição da estrutura familiar no seu papel de determinação e influência de parâmetros na vida de seus membros, como referencialidade no desenvolvimento da pessoa humana. Em muitas situações, a instituição familiar, que é eminentemente respeitada e considerada como instituição universal diante da grande maioria das culturas, passa por dificuldades nas concepções e até mesmo na definição de seu papel no tecido social e no desenvolvimento humano. Apesar das dificuldades conceituais, transformação dos modelos de famílias e suas diversas configurações, a parentalidade responsável exige condições estáveis nas relações familiares, ou seja, ela aponta para a necessidade da família, independentemente do modo ela seja concebida. Isto porque a parentalidade deixa de ser a reprodução biológica que partilhamos com outras espécies animais e torna-se um "processo psicológico que se opera no homem e na mulher no caminho de tornar-se pais, que supõem um trabalho interior sobre si mesmos, no qual participam todos os membros da família" (Solís-Pontón, 2006, p. xxxvii).

Pode-se dizer que a parentalidade responsável exige uma família, embora não seja uma condição a sua existência prévia. Os cuidados parentais se dão exatamente no contexto de relações familiares, de modo que uma criança pode ser concebida fora da família, mas seu próprio nascimento institui, por si, a célula nuclear da família: a existência de uma mãe e um filho ou filha. Lévi-Strauss (1974) indica que o elemento universal da família pode excluir a figura paterna: "É certo que a família conjugal, limitada à mãe e aos filhos(as) é praticamente universal posto que está baseada na dependência fisiológica e psicológica que, ao menos por um certo período de tempo, existe entre uma e outro" (Lévi-Strauss, 1974, p. 27). Deste modo precisamos valorizar a família elementar mas, ao mesmo tempo, estarmos abertos ao modo como ela se apresenta na nossa sociedade, tomando ainda consciência que "o modelo de família nuclear – mesmo que seja idealizado e promova uma sensação de estabilidade e segurança – nunca foi sinônimo de 'normalidade'" (Teperman, 2011, p. 157). Na ausência dos progenitores outras configurações familiares se estabelecem e, nestes novos contextos, a parentalidade responsável se torna ainda mais desafiadora. Por outro lado, a percepção de que as funções parentais estão dissociadas "de uma base concreta e

unívoca de pessoas denominadas e denotadas como pai e mãe" (Moreira; Rabinovich, 2011, p. 8), abre a possibilidade de identificar o conceito de família em diversas configurações, incluindo os casais homoafetivos e sua prole. Os movimentos gays raramente negam a importância da família, sugerindo que esta seja uma instituição do passado, totalmente superada e desnecessária para a sociedade atual. "Eu não conheço nenhum gay, nenhuma lésbica que seja contra a família", disse o ativista Toni Reis (2015). O que ocorre é que são movimentos críticos de um modelo exclusivo e único de família.

A ênfase dada nas relações parentais para o bem-estar da prole, exige uma reflexão sobre a dignidade dos filhos, caso contrário pode-se, inadvertidamente, apoiar posturas filosóficas que reduzem a dignidade humana à existência de relações. A dignidade da prole exige uma parentalidade responsável, mas a ausência de relações parentais saudáveis não retira de filho ou filha sua dignidade. Isto será tratado no próximo item.

2 A dignidade humana: factual e relacional

A questão da parentalidade – que inclui a geração de novas vidas – traz em seu bojo o debate sobre a dignidade da vida humana, melhor, implica em responder à indagação: no início da vida de um novo ser humano, a partir de que momento se deve afirmar sua dignidade? Esta pergunta se abre para inúmeras questões, mas neste artigo vamos nos deter a questões relacionada com a parentalidade: a dignidade de um novo ser humano se funda na relação com seus genitores? A relação com os pais é fundamental para o ser humano em formação, então, a ausência desta relação implica também em negação de sua dignidade?

Javier Gafo (1979), bioeticista espanhol, abordou com maestria toda esta problemática já na década de 1970. No seu trabalho ele indica autores como L. Beirnaert que afirma que um feto não é uma criança enquanto a decisão dos pais não se adiante em percebê-lo na forma humana futura e a nomeá-lo como sujeito (Gafo, 1979). Nesta linha estaria Quelquejeu que pretende superar uma colocação objetivista que considera o feto "como um em-si, separado abstratamente do ato humano, só biológico, no qual foi engendrado, separado das relações que os homens mantêm com ele... à margem das vontades livres, que são únicas, que podem reconhecê-lo num momento de humanidade." (Quelquejeu, 1972, *apud* Gafo, 1979, p. 158). Gafo aponta e denuncia a existência destas posturas filosóficas que negam a dignidade humana àqueles que

não foram acolhidos e assumidos por seus pais. Na sequência estas ideias foram reinseridas ao redor do conceito de pessoa.

Singer propõe usar a referência de pessoa a partir da capacidade racional e autoconsciente. Quando o ser humano alcança esses elementos recebe, então, o *status* de pessoa (Singer, 1998). Assim só pode ser considerado pessoa aquele que tem racionalidade e autoconsciência e por estas qualidades ser digno de respeito e não deve ser instrumentalizado. A visão de Singer, que valoriza a consciência e as relações humanas, pode também desqualificar muitos seres humanos da categoria de pessoa, por não serem racionais e nem autoconscientes, como os embriões, os fetos e crianças na primeira fase de crescimento. Estes, segundo Singer, não possuem as qualidades específicas de pessoa.

Aqui se apresenta uma temática complexa: relações saudáveis são indispensáveis para a construção da personalidade humana, e a devida valorização de cada pessoa, mas isto não implica em afirmar que o ser humano perde a sua dignidade na ausência destas relações. Esta temática requer abordar o conceito de pessoa. A dignidade da pessoa humana é claramente defendida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e muitos outros documentos legais, sendo quase um consenso na sociedade ocidental, contudo, não se nega que haja contradições e questionamentos, especialmente no conceito de pessoa.

Tendo em vista que o conceito de pessoa não é o foco central desta pesquisa destacam-se abaixo apenas as posições teológicas de base que orientam todo o trabalho: a) a dignidade humana não se fundamenta no fato da existência de uma pessoa ocorrer no contexto de relações conscientes, mas no fato dela existir como ser humano perante Deus; b) relações humanas são indispensáveis para a formação de pessoas saudáveis, realizadas e felizes, mas a ausência destas relações não retira da pessoa a sua dignidade.

Para a teologia clássica – perspectiva presente nas diferentes religiões bíblicas – a dignidade humana se funda na relação do ser humano com o Criador:

> *Então Deus disse: 'Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra'. Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher* (Gn 1,26-27).

Esta inspiração inicial veterotestamentária é enriquecida, para os cristãos, com a referência neotestamentária, com a encarnação do Verbo "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (Jo 1,14). Assim, acerca da filiação divina e do valor da vida humana, afirma Bernhard Häring (1984): a vida humana, como sublime dom de Deus, é sagrada. A pessoa humana é chamada, em sua vida corporal, a se realizar como imagem e semelhança de Deus. A vida humana não é apenas a criação mais maravilhosa da palavra de Deus, pois sua dignidade aparece, sobretudo, na palavra de Deus que se faz carne, tomando um corpo vivo (Jo 1,14). O mistério da redenção completa-se nesta própria vida corporal, pela encarnação do verbo de Deus, tornando a vida corporal o dom mais precioso do Pai a Jesus (Häring, 1984).

Deste modo a teologia se enriquece com a visão das ciências sobre as relações humanas, mas amplia os conceitos ao afirmar que a dignidade humana não oscila segundo as relações humanas, por defender que o fundamento da dignidade humana tem base transcendente (Sanches, 2004). Pode-se dizer, no contexto desta pesquisa, que a visão cristã de mundo ressalta a dignidade de cada ser humano, mas está ciente dos sofrimentos e condições degradantes a que uma pessoa pode ser submetida se relações fundamentais – como as de âmbito familiar – não forem devidamente estabelecidas. Reconhecer a dignidade de cada ser humano não pode ser resumido a uma postura teórica, mas precisa ser convertido em um processo de promoção e defesa desta dignidade. Pais e mães que reconhecem em seus filhos esta dignidade ímpar, coerentemente precisam assumir, com alegria e consciência, uma parentalidade acolhedora e responsável.

3 Referencialidade parental

O reconhecimento da dignidade humana – ponto de partida de uma teologia cristã – requer, portanto, uma prática parental igualmente digna. Para isto a teologia pode ser enriquecida no diálogo com as outras ciências, neste caso a psicologia, que aponta para a necessidade de que pais e mães se preocupem em ser referências para seus filhos e filhas.

Sobre o tema da referencialidade de parentalidade, a partir da psicologia, identificam-se diversos estudos desenvolvidos para analisar a primeira infância. Nessas pesquisas a psicologia e a neurociência identificam um bebê ativo desde o nascimento, com competências e capacidades que lhe permitem interagir com seu entorno, diferenciar

características de seus cuidadores, engajar-se em interações afetivas e até mesmo modular o tipo de interação no qual se encontra. Independente da fase de desenvolvimento, o bebê é sempre um potencial evidente.

Com base no artigo de Silva e Albertini (2005), "notas sobre a noção de caráter em reich", propõe-se a analisar as teorias e pesquisas em psicologia, tendo como ponto de partida a reflexão de Freud (1856-1939), no contexto da teoria do método psicanalítico. Segundo Silva e Albertini, esse método deixa evidente que o intelecto humano está em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento, nesse sentido, nos primeiros anos de vida a formação do entendimento passa pelas experiências internalizadas na relação com os filhos. A formação de uma primeira personalidade não é só um momento em que os psicólogos definem como primeira infância. Isso servirá de base para assentar as demais experiências para a formação de sua personalidade, opinião e caráter.

Siegel e Bryson (2015) defendem que a formação dos filhos depende das informações que eles recebem diariamente do ambiente que os cercam. Isso significa que as crianças crescem e se desenvolvem por espelhamento, aprendendo com o que observam do comportamento e seus pais e responsáveis. Os estudos neurocientíficos evidenciam que a interação dos pais com seus filhos estimula o desenvolvimento cerebral, o crescimento emocional e a aprendizagem (Siegel; Bryson, 2015, p. 11).

A experiência vivencial sobre o nascimento de uma criança, sabemos que são dados alguns elementos essenciais, como: olhar, afeto, higiene, veste e alimento. Nestes atos é perceptível o quanto a criatura humana é profundamente social. À medida que ela cresce, aos poucos aprende a cuidar de si mesmo, física e emocionalmente. Com seu desenvolvimento depara-se com pessoas e devolve o cuidado que recebeu em sua tenra idade. Van Der Kolk (2020) afirma que crianças cujos pais são fontes confiáveis de bem-estar e resistência tem uma vantagem para toda a vida, uma espécie de amortecedor contra o pior que a sorte possa lhes trazer (Van Der Kolk, 2020, p. 134).

O próprio autor continua a escrever que as crianças são cativadas por rostos e vozes, e tem uma sutil sensibilidade as expressões faciais, posturas, tons de voz, modificações fisiológicas, ritmos de movimentos e intenções. Diz ainda que esses elementos são inatos como parte da evolução, essencial para sobrevivência destas criaturas indefesas. Acrescenta que o outro elemento inato na criança é a capacidade de escolher um ou alguns determinados adultos com quem seu sistema natural de

comunicação se desenvolve. Com estas atitudes inatas cria um vínculo primário de apego. Quanto mais receptivo adulto, maior será o apego e a probabilidade de que a criança desenvolva formas saudáveis de reagir as pessoas ao seu redor.

Van Der Kolk (2020) descreve em sua obra as constantes observações e análises das relações de interação entre as mães e seus filhos na praça *Regent's Park*, em Londres. Enquanto as mães estavam nos bancos da praça tricotando ou lendo jornal, as crianças se afastavam para explorar o mundo, olhando para trás de vez em quando, para assegurar-se de que a mãe continuava ali. Quando uma outra pessoa se aproximava e começava conversar com suas mães, as crianças voltavam correndo e se punham perto da mãe, para se certificar de que ainda tinham sua atenção. Crianças menores ficavam mais nervosas ao notar que a mãe não estava plenamente envolvida com eles (Van Der Kolk, 2020, p. 134).

Van Der Kolk (2020) continua afirmando em sua análise que o apego é base segura a partir da qual uma criança se aventura no mundo e o apego mais denso passa pela nobre presença de uma mãe. Ao longo de cinco décadas seguintes, a pesquisa comprovou que ter um porto seguro promove autoconfiança, instaura o sentido de solidariedade e solicitude em relação a outras pessoas em dificuldades. A partir do dar e receber do vínculo de apego, as crianças aprendem que os outros tem sentimentos e ideais tanto semelhantes como diferentes dos delas mesmas. Com isso, entram em sintonia com o seu ambiente e com as pessoas que as rodeiam, adquirindo autoconfiança, a empatia, o controle de impulsos e automotivação que permite tornar membros úteis da cultura social mais ampla (Van Der Kolk, 2020, p. 135).

Hellinger (2007) diz que os pais dão aos filhos aquilo que eles próprios são. A isso nada podem acrescentar, e nada podem tirar. Os filhos só podem aceitar os pais como eles são. Por outro lado, os pais dão aos filhos algo a mais, além da vida, pois cuidam deles por muitos anos e de muitas maneiras. A soma de tudo isso resulta num desnível tão grande entre pais e filhos que esses jamais poderão compensar e retribuir (Hellinger, 2007, p. 135).

E ainda, a análise empírica de Bowlbly (1907-1990) pode ser lida a partir das teorias de Jean Piaget sobre os estágios e períodos do desenvolvimento. Piaget (1964) diz que esse processo caracteriza as diferentes maneiras do indivíduo interagir com a realidade, ou seja, de organizar seus conhecimentos visando sua adaptação, constituindo-se na modificação

progressiva dos esquemas de assimilação. Os estágios evoluem como uma espiral, de modo que cada estágio engloba o anterior e o amplia. Piaget não define idades rígidas para os estágios, mas sim que estes se apresentam em uma sequência constante que ele chama: sensório-motor, pré-operacional, operações concretas e operações formais.

Um dos estágios é o sensório-motor, que equivale mais ou menos de 0 a 2 anos. Nesta fase a atividade intelectual da criança é de natureza sensorial e motora. A principal característica desse período é a ausência da função semiótica, isto é, a criança não representa mentalmente os objetos. Sua ação é direta sobre eles. Essas atividades serão o fundamento da atividade intelectual futura. A estimulação ambiental interferirá na passagem de um estágio para o outro (Piaget, 1964, p. 277). A presença da mãe, mesmo que apenas sentada no banco tricotando ou lendo um jornal, mantém a conexão com a criança, que se sente segura e, assim, favorece a consolidação de sua base para o desenvolvimento integral.

Estágio pré-operacional, equivale a mais ou menos de 2 a 6 anos. Este estágio pré-operacional é como um subestágio do estágio de operações concretas, ou seja, a criança desenvolve a capacidade simbólica. Ela já não depende unicamente de suas sensações, de seus movimentos, mas já distingue um significador (imagem, palavra ou símbolo) daquilo que ele significa (o objeto ausente), o significado.

Este período caracteriza-se pelo egocentrismo, isto é, a criança ainda não se mostra capaz de colocar-se na perspectiva do outro, o pensamento pré-operacional é estático e rígido, a criança capta estados momentâneos, sem juntá-los em um todo. Pelo desequilíbrio há uma predominância de acomodações e não das assimilações. Pela irreversibilidade a criança parece incapaz de compreender a existência de fenômenos reversíveis, isto é, que se fizermos certas transformações, somos capazes de restaurá-las, fazendo voltar ao estágio original, por exemplo, a água que se transforma em gelo e aquecendo-se volta à forma original (Piaget, 1964, p. 284).

O estágio das operações concretas, equivalente a mais ou menos dos 7 aos 11 anos, a criança já possui uma organização mental integrada, os sistemas de ação reúnem-se em todos integrados. Piaget fala em operações de pensamento ao invés de ações. É capaz de ver a totalidade de diferentes ângulos. Conclui e consolida as conservações do número, da substância e do peso. Apesar de ainda trabalhar com objetos, agora

representados, sua flexibilidade de pensamento permite um sem número de aprendizagens (Piaget, 1964, p. 294).

O estágio das operações formais, mais ou menos dos 12 anos em diante, ocorre o desenvolvimento das operações de raciocínio abstrato. A criança se liberta inteiramente do objeto, inclusive o representado, operando agora com a forma (em contraposição a conteúdo), situando o real em um conjunto de transformações. A grande novidade do nível das operações formais é que o sujeito se torna capaz de raciocinar corretamente sobre proposições em que não acredita, ou que ainda não acredita, que ainda considera puras hipóteses. É capaz de inferir as consequências (Piaget, 1964, p. 298).

Deste modo, estudos na área de psicologia vão demonstrando a importância para o desenvolvimento das crianças, das referências de parentalidade estáveis, de onde decorre o compromisso moral dos pais e mães assumirem responsavelmente os cuidados parentais. Por outro lado, a ausência de referenciais parentais pode causar danos irreparáveis na vida de filhos e filhas.

4 Ausência de referência de parentalidade

Estudos na área da psicologia desenham quadros bastante fatalistas sobre as consequências da ausência de referências parentais adequadas: "pode-se constatar que uma relação parental disfuncional junto à criança pode gerar inúmeros prejuízos nas diversas áreas do desenvolvimento, maculando o desenvolvimento integral infantil" (Cardoso, *et al*. 2019, p. 25). No âmbito da teologia tem-se o devido cuidado para não concordar apressadamente com uma postura determinista a respeito de impactos irremediáveis de relações famílias conflitivas na infância sobre toda a vida da pessoa. Todavia, nota-se a necessidade de avaliar adequadamente estes impactos no sentido de promover uma parentalidade responsável que salvaguarde a dignidade dos filhos e filhas.

No âmbito da psicologia, Muszkat & Muszkat (2016) analisam o ambiente familiar disfuncional, aquele em que os conflitos, a má conduta e, muitas vezes, o abuso entre seus membros são produzidos de maneira contínua e regular. Nesse ambiente familiar onde as crianças convivem e crescem com a disfuncionalidade da família, é pouco dado atenção aos prejuízos que uma criança sofre quando é testemunha de ações violentas dentro da sua própria casa. Esta pouca atenção por parte de órgãos

e instâncias competentes, potencializam as fragilidades da estruturação psíquica da criança. Seu potencial, segundo a faixa etária, fica bastante comprometido e dificultará a estruturação e crescimento futuro.

A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos. Ela transmite os valores, os usos dos costumes que formarão as personalidades e os pensamentos das pessoas. É no âmbito familiar que se aprende a resolver os primeiros conflitos de forma saudável (Muszkat; Muszkat, 2016, p. 39). É necessário que as famílias possam adotar maneiras mais pacíficas para solucionar seus problemas e assim inspirar aqueles que nela convivem, a inicialmente desenvolverem seus potenciais segundo a faixa etária e estruturarem-se no seu espaço psíquico para um futuro saudável.

Tais crianças quando são expostas à violência, como vítimas diretas, tendem a demonstrar pouco interesse em atividades sociais e/ou escolares, apresentam medos infundados e distúrbios de sono e de aprendizagem (Muszkat; Muszkat, 2016, p. 40). Nesse sentido, a estruturação psíquica da criança se torna comprometida a partir da sua referencialidade de parentalidade, lugar onde deveria gerar espaço de esperança, segurança e amor.

Deste modo, a parentalidade não vivenciada de maneira responsável promove a violência familiar, cujos efeitos nos membros da família são devastadores. Para Beñeraf (2006, p. 55), muitas chagas sociais estão relacionadas com a parentalidade, pois "um filho desejado, ou muito desejado, desejará sua própria vida e também a dos outros que o rodeiam. Um filho não desejado não desejará sua vida e muito menos a alheia, ali abundam os suicídios-homicídios".

Quando uma criança vivencia momentos dolorosos, decepcionantes ou assustadores, isso pode ser avassalador, com intensas emoções e sensações corporais inundando apenas um lado do cérebro (Siegel; Bryson, 2015, p. 54). É preciso que em situações específicas de eminente dor e sofrimento, especialmente dentro do ambiente familiar, alguém reconecte o cérebro da criança para criar harmonia e equilíbrio entre os dois hemisférios e assim possa permitir o crescimento saudável psíquico.

Práticas pastorais ou assistenciais se deparam com pessoas profundamente perturbadas devido à ausência de referencial parental, que não se dá na infância e que impacta a vida toda. Por isto é indispensável a reflexão sobre a cultura da parentalidade apontada acima: não ter filhos e filhas sem a devida tomada de consciência de seu significado

e responsabilidade. Aqui a questão se abre para as diversas maneiras de conceber e planejar a família, mas certamente implica em assumir a postura de ter filhos e filhas de qualquer modo e a qualquer preço: "Parentalidade não deveria ser alcançada com risco de ferir a dignidade e o bem-estar dos filhos" (Ford, 2008, p. 46).

5 Quando a família não dá conta

Quando o ambiente familiar fragiliza sua função é sensato que alguém de fora possa interferir nesta relação para que possa salvaguardar a integridade do desenvolvimento das pessoas indefesas. Nesta disfuncionalidade do ambiente familiar, é que o Estado e/ou as instituições tomam iniciativas de proteção e amparo àqueles que estão mais desprotegidos. A questão é que, esta institucionalização não oferece elementos de alta relevância para o desenvolvimento da criança, enquanto pessoa, como é implícito na realidade da relação familiar.

Barancelli e Rosaneli (2017) são categóricas ao dizer que o acolhimento institucional e o acolhimento familiar não são sinônimos, apesar de terem objetivo convergente que é proteger as crianças em situações de vulnerabilidade no ambiente familiar. Isso se torna evidente quando se analisa os elementos essenciais daquilo que caracteriza o ser família e sua função diante da prole, que carrega uma diferença significativa daquilo que caracteriza o Estado e/ou as instituições e do papel que estes desempenham em relação à criança e à própria família.

Outros elementos também são relevantes quando se trata da institucionalização do ambiente de acolhida da criança. Segundo Hellinger (2007), há algo em comum que une pais e filhos, pois a família é um empreendimento compartilhado, no qual todos participam e cada um tem seus deveres. Os filhos precisam também dar algo na família, de acordo com as eventuais necessidades. Isto se torna bastante incipiente quando a relação está diretamente com o uma realidade institucionalizada, pois distancia da realidade mais próxima daquela que é mais propícia ao desenvolvimento integral do ser humano como pessoa.

Esta diferenciação estrutural de cada um tem influência direta na vida das pessoas que nelas participam, especialmente quando esta pessoa carrega certo grau de vulnerabilidade derivado de impactos antecedentes. Barancelli e Rosaneli (2017) citam a determinação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) sobre a permanência de crianças e adoles-

centes em um acolhimento institucionalizado enquanto estado, isto é a criança não pode passar de dois anos de permanência. No entanto, essa não é a realidade observada, pois há pesquisas que apontam um cenário distinto de permanência prolongada. Mais da metade das crianças vive na instituição há dois anos; 33% residem entre dois e cinco anos; 13% permanecem entre seis e dez anos; e 6% estão institucionalizadas por mais de dez anos (Barancelli; Rosaneli, 2017, p. 153).

Diante da promulgação do ECA é de alta relevância a preocupação com a estruturação humana da criança, pois a lei tem intenção de devolver a criança para um ambiente mais próximo de sua realidade humana, que é a estrutura familiar, ou ao menos, devolvê-la a um ambiente de parentalidade. Essa realidade normativa diante das situações de vulnerabilidade de uma pessoa procura tratar a pessoa com sua dignidade propiciando o crescimento e aperfeiçoamento humano integral.

No entanto, diante do percentual alarmante que apresentam as pesquisas, acima citadas, em relação a estas crianças e adolescentes em permanência nas instituições de acolhimento, percebe-se que a não efetivação da lei influencia diretamente a vida estrutural de uma pessoa podendo comprometer todo o seu futuro enquanto pessoa e enquanto família. Se até mesmo a normativa reconhece esta realidade em relação ao ambiente de acolhida de uma criança em vulnerabilidade, logo, é sensato perceber que o desenvolvimento humano integral pode acontecer de forma mais saudável em um ambiente parentalidade.

O ato de cuidar e proteger uma pessoa em alto risco de vulnerabilidade deve ocorrer através de um olhar holístico da pessoa em si e das relações que o cercam, inclusive dos ambientes aos quais são colocados em vista de benefícios esperados. O ser humano é um ser em relação, com predisposição de aperfeiçoamento de tudo o que já é, no entanto, carrega em si alta fragilidade daquilo que tem potencialidade de ser. Nesse sentido, o desenvolvimento integral de uma pessoa exige cuidado e proteção constante, especialmente quando isso corre o risco de não ser garantido por direito ou efetivado.

Conclusão

A Igreja Católica tem múltiplas formas de exercer sua missão no mundo. Uma delas é o atendimento a pessoas e realidades por meio de processo pastoral, sendo uma ação que se realiza na Igreja e com a Igreja,

de forma organizada e planejada, por meio de agentes específicos, com metodologia própria, tendo como objetivo a evangelização, a partir dos aspectos de cuidados e direcionamentos, para uma comunhão interna e com a sociedade. A evangelização é uma ação global que envolve a Igreja na sua participação da missão profética, sacerdotal e real do senhor Jesus, que é a própria Boa Nova. Ela compreende indivisivelmente as dimensões do anúncio, da celebração e do serviço da caridade. Assim, a evangelização é obra do Espírito Santo e a Igreja é chamada a participar desta obra.

A evangelização no âmbito familiar é responsabilidade, não exclusiva, da Pastoral Familiar e o desafio da ação da Igreja nesta área é se tornar de fato Boa Nova. A partir dos elementos apresentados acima, a Pastoral Familiar necessita: a) atuar na afirmação da dignidade de cada membro da família e defender, como ênfase, aqueles que estejam sendo ameaçados; b) promover amparo, espaço seguro e ambiente de cura de relações fragilizadas. Deste modo a ação da Igreja – que não pode ser delegada apenas à Pastoral Familiar – se tornaria de fato Boa Nova, um sinal de esperança e salvação para todos os membros da família.

Trata-se de uma tarefa hercúlea pois implica em posicionamentos claros e, muitas vezes conflituosos. Há inúmeros conflitos que ocorrem no âmbito familiar, com impacto na parentalidade responsável, mas destacam-se aqui os seguintes: aborto, violência contra criança, diversidade de configurações familiares. Estes temas vêm sendo aprofundados em estudos específicos, mas cabe aqui apontar suas relações com parentalidade responsável e os desafios que se apesentam.

a) Parentalidade como um sim integral à vida. Isso implica em assumir uma posição clara contra o aborto – afirmando a dignidade do ser humano em fases embrionárias e fetais, e, ao mesmo tempo, não negligenciar denúncias de violência contra mulheres. Não raramente posições polarizadas se apresentam sobre este assunto e a Igreja pode se tornar Boa Nova quando enfatizar que é necessário combater discriminação e violência contra as mulheres sem negligenciar o valor da vida humana intrauterina. A dignidade humana de modo integral será difícil de ser defendida, quando se nega a dignidade do embrião humano. As relações familiares se deterioram gravemente quando a sociedade se nega a enxergar a subjugação das mulheres e a violência sexual a que algumas são submetidas. O aborto é

negação de parentalidade e ambientes onde se permite violência contra mulher se tornam também nocivos e destroem as bases de uma parentalidade responsável. Nota-se na Igreja e na Sociedade como um todo, dificuldades em se posicionar sobre este tema sem cair em polarizações dicotômicas.

b) Atuar no sentido de abolir toda violência contra crianças e adolescentes na nossa sociedade. Esta é uma outra grande chaga da sociedade e o assunto é de extrema relevância para a parentalidade responsável, tendo em vista que a grande maioria dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorre no âmbito familiar. Esta constatação requer um refinamento na visão que se tem de família e sua valorização. Não se pode assumir posicionamentos simplistas de que a família é importante sempre, pois tais visões ingênuas podem significar devolver ou incentivar a permanência no âmbito familiar de pessoas que estão ali sendo violentadas. Nota-se a necessidade desta visão crítica de família e seus ambientes, principalmente porque a violência intrafamiliar está presente em todos os países, classes sociais, grupos étnicos, comunidades religiosas... Frente à violência intrafamiliar a Igreja significará uma Boa Nova para a sociedade se conseguir de fato tornar os espaços eclesiais seguros para crianças e adolescentes e se somar à rede de proteção já existente no Brasil que atua na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

c) Promover e valorizar vínculos familiares independentemente das configurações e modelos sociais de família. Para isto é necessário superar posturas arrogantes que se aproximam das realidades familiares com julgamento e tentativas de enquadrá-las em padrões sociais e formais, muitas vezes impossíveis para as famílias em condições de vulnerabilidades múltiplas. Uma nova teologia da família é possível demonstrando que a força do amor representa cura e reconstruções de vínculos familiares e que este amor criador e regenerador não respeita nem se limita a regras sociais, eclesiais ou jurídicas. Deus estará presente nas famílias enquanto houver possibilidade de acolhida e proteção de vínculos fundamentais para a vida humana. Sua presença não precisa ser autorizada por padrões e regras humanas, pois toda busca de parentalidade responsável é antes de tudo, participar do amor criador e regenerador Trinitário. A

Igreja precisa deixar isto claro: assumir o sacramento do matrimônio é assumir o compromisso de parentalidade responsável, mas vínculos amorosos e promotores de vida se recusam a ser patrimônios exclusivos da Igreja.

Referências

BARANCELLI, Lyégie Lys Rodrigues; ROSANELI, Caroline Filla. Crianças institucionalizadas e a importância do desenvolver-se em família. *In:* SANCHES, Mário Antonio; SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila. *Bioética e violência familiar:* múltiplas faces e muitas marcas. Curitiba: CRV, 2017.

BEÑERAF, Luiz Feder. Los orígenes de la violencia y la segunda revolución in psicoanálisis. *In:* SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERRA Teresa Latigue; MALDONADO-DURÁN J. Martin. *La cultura de la parentalidad:* antídoto contra la violencia y la barbarie. México: Manual Moderno, 2006. p. 48-64.

CARDOSO, Rebeca G. M.; SANCHES, Mario A.; SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila. *Introdução à parentalidade:* uma reflexão no contexto da Bioética. Curitiba: CRV, 2019.

CARDOSO, Rebeca. G. M.; SIMÃO-SILVA, Daiane P. Negação da parentalidade: a violência do não acolhimento dos filhos. *In:* SANCHES, Mário A.; SIMÃO-SILVA, Daiane P. *Bioética e violência familiar:* múltiplas faces e muitas marcas. Curitiba: CRV, 2017.

FORD, Norman M. A Catholic ethical approach to human reproductive technology. *Reproductive BioMedicine Online*, v. 17, Suplemento 3, p. 39-48, 2008.

GAFO, Javier. *El aborto y El comienzo de La vida humana.* Madrid: Sal Terrae, 1979.

GOLDIM, José Roberto. *Princípio do respeito à pessoa ou da autonomia.* 2024. Disponível em: https://www.ufrgs.br/bioetica/autonomi.html. Acesso em: 9 jul. 2022.

HÄRING, Bernhard. *Livres e fiéis em Cristo: Teologia moral para sacerdotes e leigos.* v. III Vós sois a luz do mundo (Mt 5,14). Trad. Isabel Fontes Leal Ferreira; revisão: Luiz Antônio Miranda. São Paulo: Paulinas, 1984.

HÄRING, Bernhard. *Paternidad Responsable.* Bogotá: Paulinas, 1971.

HELLINGER, Bert. *Ordens do amor:* um guia para o trabalho com constelações familiares. Tradução: Newton de Araújo Queiroz: São Paulo: Cultrix, 2007.

JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação Apostólica Familiaris Consortio:* a missão da família cristã no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 1981.

LÉVI-STRAUSS, Claude. La Família. *In:* LÉVI-STRAUSS, Claude; SPIRO, M. E.; GOUGH, K. *Polemica sobre el origen y la universalidad de la familia.* Barcelona: Cuadernos Anagrama, 1974.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira (org.). *Família e parentalidade:* olhares da psicologia e da história. Curitiba: Juruá, 2011.

MUSZKAT, Malvina; MUSZKAT, Susana. *Violência familiar:* Série "O que fazer?". São Paulo: Blucher, 2016.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança:* Imitação, jogo e sonho imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1964.

REIS, Toni. Audiência Pública, *Correio de Pernambuco*, 25 jun./2015. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2015/06/ativista-diz-que-associacao-de-gays-topa-negociar-estatuto-da-familia.html. Acesso em: 12 dez. 2021.

SANCHES, Mário Antônio. *Bioética:* Ciência e transcendência. São Paulo: Loyola. 2004.

SANCHES, Mário Antônio. *Reprodução assistida e bioética:* metaparentalidade. São Paulo: Ave Maria, 2013.

SIEGEL, Daniel Jose; BRYSON, Tina Payne. *O cérebro da Criança:* estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho e ajudar sua família prosperar. São Paulo: Versos, 2015.

SILVA, João R. O.; ALBERTINI, Paulo. Notas sobre a noção de caráter em Reich. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 25, n. 2, p. 286-303, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v25n2/v25n2a10.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

SINGER, Peter. *Ética prática.* São Paulo: M. Fontes, 1998.

SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERRA Teresa Latigue; MALDONADO--DURÁN J. Martin. *La cultura de la parentalidad:* antídoto contra la violencia y la barbarie. México: Manual Moderno, 2006.

TEPERMAN, Daniela; MOREIRA Lúcia V.C; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Família, parentalidade e época: articulações possíveis. *In:* MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira (org.). *Família e parentalidade:* olhares da psicologia e da história. Curitiba: Juruá, 2011.

VAN DER KOLK, Bessel. *O corpo guarda as marcas.* Tradução de Donaldson M. Garschagem. Rio de janeiro: Sextante, 2020.